

O Concelho de Tondela – Dos finais do século XVI aos inícios do século XX – aspectos demográficos e económicos

ANTÓNIO MANUEL MATOSO MARTINHO

RESUMO

No artigo procuram-se estudar os aspectos demográficos e económicos do Concelho de Tondela de meados do século XVI aos finais do século XIX, princípios do século XX.

Os aspectos demográficos foram estudados com base na análise dos *Registos Paroquiais* e dos *Censos da População* desde 1864 e a evolução da economia estruturada a partir de diferentes fontes históricas: *Memórias Paroquiais*, *Registos Paroquiais*, *Relatórios da Junta Distrital de Viseu* e *Inquéritos Industriais*.

Assim, são referenciados o desenvolvimento da agricultura nas suas diferentes actividades – cultura de cereais e de leguminosas, viticultura, oleicultura, passando pela pecuária –, o florescimento do comércio e das artes e finalmente as actividades industrial e artesanal.

ABSTRACT

In this essay the demographic and economic aspects of Tondela between the middle of the 16th century and the end of the 19th century/beginning of the 20th century are examined.

The study of demographic aspects rests on the analysis of *Registos Paroquiais* and of *Censos da População* since 1864 and the economic evolution from various historical sources: *Memórias Paroquiais*, *Registos Paroquiais*, *Relatórios da Junta Distrital de Viseu*, and *Inquéritos Industriais*. The development of agriculture in its varieties – cultivation of cereals, vegetables, vineyards, and cattle raising – and the flowering of commerce, the arts, as well as industrial and handicraft activities are thus addressed.

Aspectos Demográficos

Embora os dados disponíveis não sejam precisos podemos afirmar, sem grande margem de erro, que, no período de 1527 a 1864, se constata na Terra de Besteiros uma diminuição populacional entre 1801 e 1811 e um pequeno acréscimo entre 1765 e 1798.

No que respeita aos diferentes concelhos da Terra de Besteiros, hoje freguesias do Concelho de Tondela, a sua evolução populacional apresentou algumas disparidades, embora com um certo dinamismo, o que se pode explicar pela manutenção dos aspectos socioeconómicos predominantes – regime de propriedade e de forma de aproveitamento do solo e ausência ou diminuta industrialização.

A análise dos *Registos Paroquiais*¹, no que respeita à evolução dos baptismos, óbitos e casamentos, mostra que durante a primeira metade do século XVIII os concelhos da Terra de Besteiros registaram elevados níveis de natalidade e mortalidade, com alguma vantagem para a natalidade, embora estas relações sejam alteradas por circunstâncias conjunturais – guerras e epidemias – com carácter intenso e brusco mas, de curta duração. A estas crises sucedem-se, com efeitos compensatórios, períodos de elevada nupcialidade e natalidade.

As crises de mortalidade são uma constante de 1700-1750 determinadas por carências alimentares, más condições higiénicas – ruas cobertas de estrumeiras e de dejectos – percorridas pelos mais variados animais, como porcos e galinhas; água sem qualidade; casas de telha vã, toscas e de pequenas dimensões onde as famílias viviam promiscuamente ou casas em que as famílias e os animais viviam apenas separados por tábuas; epidemias – como enterites, febre tifóide, cólera e gripes – em que as crianças eram vitimadas pela varíola, sarampo e tosse convulsa e, ainda, conflitos armados que constituíam um grande sorvedouro de homens e dinheiro gerando crises gerais na economia, especialmente, na agricultura com o abandono das lavras.

A mortalidade continuou a ser alta e só diminuirá com uma melhoria das condições higiénicas, públicas e privadas, melhoria das condições de saúde e, até mesmo, dum aumento quantitativo e qualitativo, do regime alimentar.

¹ O Registo Civil foi instituído por Decreto de 16 de Maio de 1832 mas, a sua entrada em vigor é mais tardia. O registo obrigatório dos baptismos, casamentos e óbitos no Registo Civil só se verifica com o Código de 1911, promulgado pela República.

As décadas de 60, 70, 80 e 90 do século XVIII constituem época charneira a partir das quais se verifica uma melhoria das condições de vida com um aumento do saldo fisiológico e dos baptismos, como foi o caso das freguesias de Tondela, na década de 70 e de Barreiro de Besteiros, na década de 60².

A esta situação não deve ser estranha uma melhoria qualitativa das condições de alimentação, diminuição das doenças infecto-contagiosas e, até mesmo, um desenvolvimento da actividade mercantil. É a época da revolução do milho grosso, do aumento de produção e de consumo do feijão e da batata e, ainda, do alargamento dos arroteamentos e conseqüente aumento da produtividade.

Ao longo do século XIX, em especial durante a primeira metade, a análise dos dados disponíveis, leva-nos a afirmar que, embora a mortalidade continue a ser elevada, os baptismos aumentaram dum modo significativo o que contribuiu para um aumento do saldo fisiológico. A nupcialidade sofreu, também, um acréscimo significativo e as crises foram mais espaçadas e menos intensas o que permite afirmar que a população na região tenha aumentado como, de um modo geral, aconteceu nas restantes regiões da Europa.

Durante a primeira década deste período (1800-1809) e início da seguinte o comportamento das diversas variáveis demográficas sofreu um agravamento com um aumento da mortalidade e decréscimo dos baptismos, como foi o caso da freguesia de Tondela (1809, 1810 e 1811)³, provocado por uma sucessão de maus anos agrícolas e alta de preços dos produtos com a conseqüente fome, tudo isto ligado a uma instabilidade política e social.

A diminuição da natalidade, durante o início da segunda década (1810-1819), encontra-se ligada aos conflitos militares desta época, com a grande mobilização a que estavam sujeitos os jovens e à conseqüente ausência das suas casas, durante longos períodos de tempo.

Durante este período a região de Tondela foi palco de vários recontros entre as tropas anglo-lusas e os corpos do exército da 3ª Invasão Francesa, sob o comando de Massena, mas, igualmente, de fomes resultantes de actos de vandalismo, pilhagens, destruição de campos, roubos de celeiros, fugas de populações e abandonos das casas e lavras provocados pelas tropas em confronto. Esta instabilidade e insegurança intensas enfraqueceram as populações e levaram ao aparecimento de epidemias de grande virulência.

² ADV, *Registo Paroquial* das freguesias de Tondela e Barreiro de Besteiros.

³ ADV, *Registo Paroquial* da freguesia de Tondela.

Os anos de 1824 e 1825 escapam a este tipo de comportamento mas, a sobremortalidade volta a surgir em 1827 a que não deverá ser estranho o ambiente de guerra civil que então alastrou pelo País e o aparecimento de cólera- “o terrível flagello da collera aziática”⁴.

No que respeita às características demográficas do concelho, os valores apresentados pelos diferentes recenseamentos, na segunda metade do século XIX, põem em destaque os ritmos e os comportamentos demográficos distintos que ocorrem nos diferentes contextos espaciais, a saber, no País, no distrito de Viseu e no concelho de Tondela.

Nos inícios do século XIX, mais precisamente em 1801, o número de residentes no País era de 2.931.930, para, no início do século XX, já atingir 4.660.095 crescimento que, no entanto, não acompanhou o conjunto dos países europeus “cuja população duplicou entre 1801 (Índice 100) e 1886 (Índice 199), enquanto Portugal se quedou por um nível substancialmente inferior (...) ficando no Índice 155 naquela mesma data”⁵.

No que se refere ao distrito de Viseu, embora não se disponha de muitas fontes, o aumento não andou muito longe do quadro nacional, o mesmo acontecendo ao concelho de Tondela.

ANOS	Portugal Continental		Distrito de Viseu		Concelho de Tondela	
	Total	Índice	Total	Índice	Total	Índice
1864	3.927.392	100	365.781	100	27.791	100
1878	4.303.664	109,58	388.766	106,28	29.971	107,84
1890	4.713.319	120,01	398.966	109,07	30.346	109,19
1900	5.039.744	128,32	410.231	112,15	30.662	110,33
1911	5.586.053	142,23	422.181	115,42	32.155	115,70

Evolução da População em Portugal / Distrito de Viseu / Concelho de Tondela (1864-1911)

⁴ ADV, *Registo Paroquial* das freguesias de Tondela e Barreiro de Besteiros. A epidemia foi transmitida pelas tropas belgas do General Solignac que aportaram às margens do rio Douro e daqui se espalhou por todo o País.

⁵ Rui Casão, “Crescimento demográfico – ritmos e factores”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. V, ed. Círculo de Leitores, Lisboa, págs. 425-439.

No momento da realização do Censo de 1864 – o primeiro censo de população credível a nível nacional – o distrito de Viseu, em termos de densidade populacional, situava-se bastante acima da média do País – 43 hab. por Km² a nível nacional, 75 hab. por Km² no distrito de Viseu.

O concelho de Tondela apresentava uma população de 27.791 habitantes, com a densidade populacional de, igualmente, 75 hab. por Km².

ANOS	Densidade da População			
	Portugal	Portugal Cont.	Dist. de Viseu	Conc. de Tondela
1864	46,8	44,4	72,9	75,4
1878	51,3	48,7	77,5	81,3
1890	55,8	53,3	79,5	82,3
1900	59,5	57,0	81,7	83,0
1911	65,5	63,2	84,1	87,2

Densidade da população: Portugal/Portugal Cont./Dist. de Viseu/Conc. Tondela

A análise dos Censos revela, ainda, que as populações viviam em aglomerados considerados rurais, o que não surpreende uma vez que a estrutura económica do distrito era vincadamente agrícola. No conjunto da população do Concelho, a população feminina era superior à população masculina.

Aspectos Económicos

Dos finais do século XVI aos inícios do século XX, a terra constituía a principal fonte de riqueza dos seus habitantes e a agricultura a mais importante e significativa forma de actividade em que se ocupava a maioria das suas gentes pois, a região sempre foi considerada como “terra muito fértil de centeio, milho, castanhas, vinho, gados, caças e gostosos peixes, produzindo a amenidade deste país toda a diversidade de saborosíssimas frutas, especialmente os celebrados verdeais de inverno, ajudando muito para esta abundância

a grande copia de águas das fontes e rios”, nas palavras de João Bautista de Castro⁶.

Se o acidentado do relevo determinou a existência de vastas áreas de terras altas, com solos pobres e com poucas possibilidades de diversificar culturas, estas alternavam com campos férteis e extensos vales abertos, encravados entre esses montes, que abasteciam com abundante água as terras baixas derramando nelas a fertilidade. É o caso do Vale de Besteiros – “Junto à mesma serra (do Caramulo) fica o delicioso e famigerado valle de Besteiros, a que se pode apropriar o nome de Jardim da Beyra pelo mimozo de ser país e excellentes frutas, que produz”⁷.

Durante este período, o primado da produção pertence aos cereais, especialmente os *panificáveis*, uma vez que a alimentação era constituída à base de pão e papas. Para além dos cereais cultivavam-se as *leguminosas* como feijão, grão-de-bico, lentilhas, ervilhas, favas, de grande importância para a alimentação da população pois, além de completarem a sua dieta alimentar, desempenhavam um papel de relevo na sobrevivência das populações camponesas.

Dos cereais cultivados, entre o século XVI e meados do século XIX, devemos mencionar o milho-miúdo (*panicum miliaceum*), o painço (*setaria italica*) e o centeio que, no entanto, foram, lentamente, perdendo a sua importância para o milho grosso ou milho (*zea maiz*), designado por milho maiz, trazido pelos espanhóis da América, nos finais do século XV e conhecido no Vale de Besteiros por zaborro – “o povo é fértil de frutos e os principais são: linhos, centeio, milho grosso ou milho ou como aqui chamam zaborro”⁸.

O *milho-miúdo* entrou na dieta alimentar das populações na forma de pão mas, devido ao sabor pouco agradável, era misturado com

⁶ João Bautista Castro, *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, vol. I, 1.ª ed., Lisboa, 1745, pág. 56. Ver ainda, Duarte Nunez do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, Jorge Rodriguez, f.º 66v, 1610.

Ao referir-se à Beira, escreveu Lucena e Valle que ela é “um mosaico de toda a terra portuguesa, pela constituição heterogénea do solo, pela diversidade de clima e de altitude, aptidões culturais tão variadas que a sua terra arável tem de tudo, desde a fecundidade ubérrima das férteis leiras minhotas à pobreza sáfara e hostil da charneca alentejana”, in *Beira Alta. Terra e Gente*, ed. Tipografia Guerra, Viseu, 1991, pág. 37.

⁷ A.N.T.T., *Memórias Paroquiais*, vol. 24, mem. 190.

⁸ A.N.T.T., *Memórias Paroquiais*, vol. 7, mem. 11, f. 803.

outros cereais donde a designação de *pão de mistura* ou, como escreveu Braudel, de *pão dos pobres*⁹.

O *milho maiz* introduzido, no primeiro quartel do século XVI, difundiu-se, na segunda metade do mesmo século, após um grande esforço de persuasão para a sua aceitação e, dele encontramos abundantes referências nas *Memórias Paroquiais*.

Esta modalidade de milho oferecia grandes potencialidades alimentares pois, tudo nele podia ser aproveitado. O seu *grão* era usado no fabrico de *pão* e na confecção de *papas* de que se destacam os *carolos*; as suas bandeiras e os caules serviam para a alimentação do gado – na falta de fenos verdes ou, durante o inverno, nos estábulos – para a cama dos animais ou, como estrume, antes das novas sementeiras. O folhelho era utilizado no enchimento de colchões e a moínha (que o vento separa do grão na debulha) para encher almofadas.

O farelo que se obtém ao peneirar a farinha, antes de fabricar o pão, era utilizado para engrossar a *lavagem* do porco, ajudando à sua ceva e os carolos como combustível para as lareiras ou, moídos constituindo a *farinha de rabeiro* igualmente utilizada como ração para os animais¹⁰.

De entre as leguminosas, produzidas no Concelho, devemos mencionar o feijão, o grão-de-bico, os tremoços, as lentilhas, as favas e as ervilhas.

O feijão, oriundo como o milho maiz da América, apresenta diversas variedades – feijão branco, feijão chícharo e fradinho, feijão pequeno e grande.

O feijão podia comer-se simples ou, servindo de mistura, para engrossar o caldo de couves e que, devido ao seu elevado valor proteico, podia suprir o reduzido consumo de carne, por parte dos habitantes do Concelho. Do feijão podia comer-se a sua vagem quando verde e, quando já seco, o grão após a extracção. O feijoeiro e a sua vagem serviam, igualmente, para a alimentação do gado ou, ainda, para encher as fronhas e as almofadas, na falta de um outro melhor produto.

⁹ F. Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*, vol. I, Public. D. Quixote, Lisboa, 1983, pág. 648.

¹⁰ Pierre Chaunu, *A civilização da Europa Clássica*, vol. I, ed. Estampa, Lisboa, 1987, pág. 255; Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, vol. IV, Lisboa, pág. 48; Carson Ritchie, *Comida e civilização*, ed. Assírio e Alvim, Lisboa, 1995, pág. 154.

A produção de leguminosas no Concelho atingiu valores significativos no primeiro quartel do século XIX como se pode constatar pelo Quadro seguinte:

Localidades	Feijão		
	Alqueires	% Milho	% Cereais
S. Miguel de Outeiro	100	2,7%	2,5%
Canas de Sabugosa	60	3,6%	2,8%
Sabugosa	300	6,8%	5,9%
Guardão	200	3,3%	3%
Silvares	420	4,3%	4%
Mouraz	600	12,6%	9,8%
Tondela	1370	10,7%	8,7%

Mapa de Produção (1823)

A batata, produto oriundo da expansão ultramarina, especificamente da América do Sul, aparece na nossa região, nos inícios do século XIX, conhecida como *castanha da Índia*, passando a ter um papel decisivo na alimentação das suas gentes.

Foram os animais os seus primeiros consumidores – “a batata era cultivada apenas para os porcos” – como escreveu o Professor Orlando Ribeiro¹¹ e, só mais tarde, o homem a passou a utilizar com mais frequência para a sua alimentação, passando a constituir o elemento preferencial das populações mais desprotegidas, sendo mesmo, um sucedâneo dos cereais.

Em épocas de más colheitas, ou mesmo, em períodos de alta de preços dos cereais, as populações fomentavam o seu consumo, como aconteceu na segunda metade do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, para fazer face às dificuldades na obtenção de pão¹².

Para a sua alimentação, a população do Concelho dispunha, ainda, como se pode ler nas *Memórias Paroquiais*, de uma outra vasta gama de produtos como: couves, nabos, nabiças, alfaces, espinafres, repolhos, melões, melancias, pepinos, pimentos, plantas para tempero da cozinha, como hortelã e salsa, que constituíam uma preciosa ajuda na superação das carências alimentares.

¹¹ Orlando Ribeiro, *Geografia de Portugal*, vol. IV, ed. Sá da Costa, Lisboa, 1991, pág. 1019.

¹² David Justino, *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, Vega, Lisboa, 1988-899, pág. 41.

Do mesmo modo, as *Memórias Paroquiais* nos referenciam a existência de culturas frutícolas – pereiras, macieiras, ameixoeiras, abrunheiros, cerejeiras, figueiras, nogueiras, marmeleiros, amoreiras, ginjeiras e árvores de espinho (laranjeiras e limoeiros) – destinadas exclusivamente ao consumo local.

Os citrinos, embora dispersos pelo Concelho, tinham como zona de maior produção o ubérrimo vale de Besteiros, nas actuais freguesias do Campo de Besteiros e Castelões, lugares abrigados e soalheiros na encosta sul da Serra do Caramulo.

Das outras árvores frutícolas que se desenvolveram e, ainda se desenvolvem no Concelho, devemos referir o castanheiro constituindo a castanha o alimento básico da população camponesa aquando da escassez de cereais, a ela se recorrendo para produzir pão, depois de seca e farinada, e papas.

Outras culturas merecem, ainda, uma referência especial – a oleicultura e a viticultura.

O azeite desempenhou um papel relevante na economia desta época sendo utilizado na cozinha como alimento e condimento e as azeitonas, em conserva, constituíam um poderoso reforço na dieta alimentar. Do mesmo modo, o azeite alimentava o pavio da candeia que iluminava e estava na base do fabrico de sabão.

Nos dados relativos à produção de azeite, na Comarca de Viseu, referentes ao ano de 1823, a região de Tondela, ocupava um lugar de relevo, como se pode ver no Quadro seguinte:¹³

Localidades	Almudes
S. Miguel de Outeiro	50
Canas de Sabugosa	25
Sabugosa	45
S. João do Monte	100
Silvares	80
Mouraz	280
Tondela	1680

Produção de Azeite (1823)

¹³ ANTT, Ministério do Reino, maço 571. Ver João Nunes de Oliveira, *A Beira Alta de 1700 a 1840. Gentes e subsistências*, Palimage, Viseu, 2002.

A viticultura ocupou, também, um lugar de relevo na economia agrária da Terra de Besteiros pois o vinho, além de ser um complemento alimentar proporcionador de calorias, constituiu-se, igualmente, como um “aconchego da alma” ou, como escreveu Fernand Braudel, “um tira desgostos” ou um “esquece males”.¹⁴

As *Memórias Paroquiais* referem a cultura da vinha como uma cultura profundamente difundida e diversificada que se adoptou, de um modo perfeito, às condições do solo e do clima da região e que proporcionava vinhos comuns – tintos e brancos –, alguns de alta qualidade, não só para consumo local como, ainda, para exportação pois, como escreveu o Pároco de Sabugosa, na sua paróquia “vinho e este he em major abundancia e delle fazem condução os Estrangeiros p.^a fora do Reino”¹⁵.

Embora se tenha conhecimento de, numa ou noutra localidade do Concelho, se encontrarem referências à produção de vinho verde, como é o caso do lugar de Pedronhe, nas faldas da Serra do Caramulo, – “disfrutam as campinas e lameiros ao redor dos quais lavram muito vinho, mas verde por se dar em Parreyras ou cordões que tem em roda dos seus lameiros”¹⁶ - é a produção de vinho maduro a que mais sobressai, o que se justifica pelo facto de se adaptar melhor às condições geológicas do solo, oro-hidrológicas e até mesmo, de exposição solar típicas da região.

Os vinhedos de melhor qualidade situavam-se ao redor de Tondela como nota o Pároco de Nandufe: “também se labra vinho em parreyras e vinhas e o das vinhas he menos e melhor porque sam menos sombrias na minha Existionaçam”¹⁷, sendo o vinho vendido para o estrangeiro, como escreveu o Pároco de Tondela “de tudo na v.^a se labra em abundancia sendo m.to maior a (produção) do vinho pois pella boa sahida q tem com (...) comercio dos Ingleses todos cuidão mto na boa cultura e acrescentamto das vinhas”¹⁸.

A produção vinícola adquiriu, no concelho de Tondela, nos inícios do século XIX, real importância e dimensão, uma vez que, em 1823, numa relação elaborada pelo Corregedor de Viseu estavam entre

¹⁴ Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo*, tomo I, *As estruturas do quotidiano*, Teorema, Lisboa, 1992, pág. 202.

¹⁵ A.N.T.T., *Memórias Paroquiais*, vol 42, mem. 383.

¹⁶ A.N.T.T., *Memórias Paroquiais*, vol. 7, mem.11.

¹⁷ A.N.T.T., *Memórias Paroquiais*, vol. 25, mem. 11.

¹⁸ A.N.T.T., *Memórias Paroquiais*, vol.43, mem. 440.

as principais localidades produtoras as actuais freguesias de São João do Monte, Sabugosa e Mouraz.

Localidades	Pipas
S. Miguel de Outeiro	15
Canas de Sabugosa	10
Sabugosa	1000
Guardão	170
S. João do Monte	2400
Silvares	200
Mouraz	500
Tondela	485

Produção de Vinho (1823)

Um derivado do vinho – o vinagre – era utilizado na cozinha e na conservação dos alimentos e da destilação do vinho, das borras e do bagaço obtinham-se aguardentes de que havia várias fábricas no Concelho.

As folhas da videira – as parras – eram utilizadas como pasto para animais após as vindimas e as vides, após a poda, para cozer o pão ou, nas lareiras, para aquecimento das casas durante o inverno.

O certo é que apesar de toda a preocupação e cuidado tidos pelos viticultores as moléstias acabaram por interferir na sua qualidade, provocando também quedas frequentes na sua produção. Mas não só as moléstias! Para as quedas de produção há também que referir as implicações resultantes da Guerra Civil de Espanha na força do trabalho, dado o recrutamento de soldados, as fugas e as mortes e, ainda, os estragos provocados pelas tropas durante a duração do conflito.

Embora o Concelho de Tondela seja um Concelho em que se pratica, como estamos a ver, a policultura, embora com predomínio da cultura cerealífera, o certo é que o rendimento por semente era baixo determinado pelo baixo índice de fertilidade do solo, pela imperfeita selecção de sementes, pela deficiente preparação dos solos para as culturas e, ainda, pela grande perda nas colheitas resultantes dos elementares meios de transporte utilizados no transporte dos cereais colhidos.

Para além duma produção baixa os agricultores viam-se, ainda, confrontados com elevadas rendas senhoriais que tinham de pagar, como o dízimo, e outros encargos que tinham de satisfazer, uma vez que grande parte da terra pertencia à aristocracia e ao clero nomeadamente, Ordens Militares, Irmandades, Seminário, Cabido, Universidade de Coimbra e casas senhoriais.

A imprevisibilidade das colheitas era, ainda, condicionada por outro tipo de adversidades como as resultantes dos estragos causados pela fauna voadora – pássaros, perdizes, pombos, pardais, milheirais, fauna terrestre como coelhos, javalis, raposas, como salientava o Pároco da freguesia do Barreiro “e algumas vezes se acham javalis, q arruinam as searas, tambem não faltam lobos q infestam o gado; e alguns ha terreos ainda mais damnosos”.¹⁹

Perante estas adversidades o homem implorava os favores de Deus e dos Santos, como nos relata o Pároco de Sabugosa.

Em 1758 foi construída, em Sabugosa, uma ermida dedicada a S. Mamede onde as gentes da região iam implorar o “patrocínio para a conservação dos seus gados” e igualmente para os produtos agrícolas – vinhos, milhos e árvores de fruta especialmente contra a voracidade da lagartas – “lagarta deu nos milhos vinhas e mais arvores de fruto dos mores desta freg^a e implorarão o patrocínio do d^o St^o e lavando a Imagem do d^o St^o pellos campos em porção com Ladainha no dia seguinte ficarão os campos Livres da dita Lagarta e a capella do d^o St^o cheja por dentro e por fora da d^a Lagarta”.²⁰

Associada à agricultura encontramos a **Pecuária** pois, dela dependia, em grande parte, a produção e a própria produtividade dos campos, uma vez que o estrume era o fertilizante utilizado e o trabalho dos animais era indispensável às lides da lavoura.

Por outro lado, a criação de gado era, nas épocas de crise da agricultura, o único recurso que os agricultores tinham para superar as suas necessidades.

Os animais eram, ainda, uma fonte de matérias-primas para a indústria; as lãs e as peles abasteciam as indústrias têxteis e dos curtumes.

¹⁹ A.N.T.T., *Memórias Paroquiais*, vol. 6, mem. 46.

²⁰ A.N.T.T., *Memórias Paroquiais*, vol. 42, mem.383.

No Concelho de Tondela devemos, ainda, referir a criação de galinhas, perús, patos e coelhos indispensáveis na dieta alimentar dos seus habitantes e bovídeos, gado asinino, ovídeo, caprino e suíno e, até mesmo muar, alguns deles de grande importância para os trabalhos agrícolas e para os transportes.

Por vezes os pastos existentes não eram suficientes para alimentar o número de cabeças existentes durante o ano e, por isso, no período de inverno eram alimentados nos currais, como escreveu o Pároco de S. João do Monte “por se cobrirem de neve os montes e se passam muitas vezes 3 ou 4 dias e mais, que os gados nam podem sahir para o pasto, e he preciso sustentalos nos currais”²¹ e o mesmo informava o do Guardão “devido ao rigor do Inverno, tendo de estar por vezes recolhidos em currais 3, 4 e mais dias por causa das neves (...) mantém esses gados com os fenos e mais ervas recolhidas e secas no Verão”²².

A partir do primeiro quartel do século XIX, o desbravamento das terras, facilitada pela legislação laboral, e, um maior aproveitamento dos terrenos transformaram muitas terras improdutivas em solos aráveis.

Os cereais panificáveis, como o milho e o trigo, são os grandes beneficiários deste aumento de terras susceptíveis de cultivo, com reflexos imediatos na respectiva produção.

A plantação da vinha progrediu, também bastante, durante a segunda metade do século XIX, uma vez que a produção de vinho era muito mais lucrativa que a dos próprios cereais e o constante crescimento da procura, quer interna quer externa, provocou, a partir das décadas de 60 e 70, um rápido alastramento da viticultura²³.

²¹ A.N.T.T., *Memórias Paroquiais*, vol. 24, mem.190.

²² A.N.T.T., *Memórias Paroquiais*, vol. Vol.18, mem. 119.

²³ António Augusto de Aguiar, na digressão em que percorreu o sul da Beira e visitado os concelhos de Tondela e Nelas, afirmou que eles constituem “o centro do país vinhateiro do Dão”. “A vinha é para Portugal, diz o senhor António Augusto de Aguiar, o que as minas dos metais preciosos têm sido para a Austrália e para a América, com a diferença de que o ouro do nosso País renova-se todos os anos, multiplicado pela força criadora do seu clima, ao passo que o ouro da Austrália, que a rocha patenteia ao aluvião do minério, acaba com o rodar do tempo para nunca mais se reproduzir no solo donde foi tirado, e a terra exausta volver ao esquecimento”.

Nos finais do século, deu-se uma recessão da viticultura proveniente não duma crise comercial, mas gerada por factores de ordem patológica que atacaram os vinhedos fazendo decair a produção vinícola – o “oidium” e a filoxera²⁴.

Neste mesmo período, desenvolveu-se, igualmente, a produção da batata que entrou, definitivamente, na dieta alimentar das pessoas. A elevação do preço dos cereais, a partir de 1870, e a facilidade de escoamento, proporcionadas pela criação de novas estradas e pelo caminho-de-ferro, fizeram aumentar a sua produção.

Anos	Cereais				
	Trigo	Centeio	Milho	Cevada	Aveia
1872	420,975	4.209,750	40.413,600	336,780	33,678
1874	280,650	2.552,850	18.522,900	420,975	8,419
1875	500,000	6.500,000	20.314,000	500,000	8,000
1877	570,000	7.300,000	28.530,000	610,000	5,000

Produção de cereais (Hectolitros)

Anos	Leguminosas						Batata
	Feijão	Fava	Grão de Bico	Chicharo	Ervilhas	Tremoço	
1872	841,950	8,419	5,051	168,390	3,031	33,678	8.419,506
1874	561,300	4,209	1,683	177,000	3,369	52,000	5.051,700
1875	900,000	8,000	2,000	100,000	4,000	40,000	10.500,000
1877	1.040,000	10,000	3,000	185,000	5,000	80,000	21.000,000

Produção de leguminosas e batata (Hectolitros)²⁵

Apesar da agricultura constituir, ao longo deste período, a actividade predominante das gentes do Concelho o certo é que o **comércio** e as **artes** eram já uma realidade que não se podia ignorar.

O comércio era considerado “como uma actividade que prolonga e completa a produção”²⁶ isto, apesar dos meios de transporte serem

²⁴ António Lopes Pires, na sua obra *Sabugosa e sua gente*, refere-se à presença da filoxera, nas vinhas da freguesia de Sabugosa, situação semelhante à que se passava nas restantes freguesias do Concelho, e ao tipo de medidas utilizadas para o seu combate.

²⁵ *Censo da População do Reino de Portugal (1890 e 1900)*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1896 e 1905.

muito deficientes e as vias de comunicação, além de se apresentarem em péssimo estado de conservação, serem insuficientes para as necessidades da época pois, a este respeito, variadíssimas eram as queixas das gentes do Concelho.

Na realidade, caminheiros entregando cartas ou volumes de pequenas dimensões; almocreves transportando, em animais de carga, os mais variados géneros e carreiros conduzindo carroças, puxadas por bestas e bois, percorriam os caminhos do Concelho pondo em contacto as populações e suprimindo as suas carências.

Os transportes, por via fluvial, eram uma alternativa a estas dificuldades, em especial através do Rio Mondego, que servia para escoar os produtos da região e para abastecer de outros que as populações careciam.

O Rio Mondego navegável até à confluência com o Rio Dão permitia a ligação até à cidade de Coimbra e ao porto da Figueira da Foz donde vinham os mais variados produtos sendo as cargas, posteriormente transportadas, em carros de bois, para a região norte, passando um dos trajectos por Tondela.

Tondela registava, nas palavras do seu Pároco, em 1758, uma intensa actividade comercial. Para além dos produtos aqui produzidos entre os quais sobressai o vinho que “apresentava uma boa subida” devido ao “comércio dos ingleses” era também “porvida de fazendas secas por haver nellas m.tos contratadores assim da terra como de fora e tudo tem bom consumo, não só por nella servirem prover os povos circumvizinhos, mas também por ser huma estrada publica de continuas passagens de gente p.a diversas pp.tes da Beira”²⁷.

Do mesmo modo, a freguesia do Barreiro manifestava uma intensa actividade comercial por aqui passar a estrada que a ligava ao Porto e Aveiro – “esta terra do Caramulo que tem seu princípio no val do Trigo estrada de Aveyro assim de Pipas como de Bestas e pasageiros para o Porto”²⁸.

Para além dos produtos agrícolas da região – vinhos, azeite e frutas – encontramos referências à circulação de matérias-primas – lã, vinho e seda – e a produtos artesanais. Dos produtos oriundos doutras regiões há que mencionar o sal, pescado salgado ou seco (bacalhau, sardinha, pescada), peixe fresco ou meio fresco, arroz, açúcar, panos, produtos de conforto, ferro e louças.

²⁶ João Nunes Oliveira, *ob. cit.*, pág. 413

²⁷ A.N.T.T., *Memórias Paroquiais*, vol. 43, mem. 323.

²⁸ A.N.T.T., *Memórias Paroquiais*, vol. 6, mem. 46.

Em muitas localidades realizavam-se feiras mensais e/ou anuais e mercados semanais que tinham uma função económica muito importante constituindo um estímulo à abertura não só de novas vias de comunicação, como a um aumento de produção, visando o escoamento de excedentes.

Às localidades onde estas reuniões mercantis se realizavam confluíam não só mercadores e vendedores mas, igualmente, muitos forasteiros constituindo-se como locais não só de transacções comerciais mas de divertimento, pondo-os em contacto com os vizinhos, possibilitando um alargamento e uma expansão à economia local, como não deixou de salientar o Pároco de Nandufe – “no lugar de Botulho (a ½ légua) faz feira farta, ampla e populosa mensalmente (...) e que vem munta gente da distancia quasi de tres legoas incircuito a comprar e vender, advertindo que os carreiros do sal, e sardinha e almocreves do peysce vem de Aveyro e de outros portos marinos que ficam na longitude de cinco e mais legoas e nam avra mais que hum dia”.²⁹

Das feiras da região merecem uma referência especial a Feira Franca de Viseu e a de Mangualde aonde afluíam as mais variadas mercadorias, vindas das diferentes regiões do País e, mesmo de Castela pois, como escreveu Manuel Botelho Ribeiro Pereira, “cavaleiro da Ordem de Cristo e muito versado em História profana e genealogia” nos seus *Diálogos Moraes e Políticos* “a feira era de tanta fama que do reino de Granada, sendo ainda de Mouros, e d’ outras remotas partes, vinhão a ella”.

A feira de Viseu desempenhou, ainda, um importante papel financeiro, ao longo dos séculos, como centro de avultadas transacções financeiras embora, a partir de finais do século XVIII, princípios do século XIX, as instituições eclesiásticas e as confrarias retomem a sua função de concessão de empréstimos através de hipotecas imobiliárias embora, nunca deixasse de ser vista como tempo de referência para a sua liquidação – os prestamistas nunca esqueceram este facto e os devedores e fiadores para ela apelavam.

A estas feiras afluíram, em 1854, comerciantes do Concelho, nomeadamente, de Molelos, de Mouraz e de Sabugosa.

Entre 1790 e 1840, o Mosteiro de Jesus de Viseu pediu a execução de mais de 280 devedores de todas as camadas sociais e de quase todas as localidades da região, nomeadamente, S. Miguel de Outeiro, Sabugosa e Canas de Sabugosa. Entre os maiores devedores

²⁹ A.N.T.T., *Memórias Paroquiais*, vol. 30, mem. 6.

encontrava-se o capitão-mor de Mouraz, José Cabral da Cunha Corte Real, que em 1797 devia 300000 réis³⁰.

Este facto levou o Governador Civil de Viseu a escrever em 1844: “esta importante Província hé exclusivamente fornecida pelo commercio do Porto, não só dos productos manufacturados, mas tambem dos generos coloniais, e estrangeiros, e hé para aquella cidade que a mesma provincia exporta todos os seus generos, e mercadorias superabundantes, sem que tenha para elles outro consumidor. São pois frequentíssimas as relações commerciaes entre o Porto e a Província da Beira Alta, e a maior parte dessas relações entreteem-se por meio da cidade de Vizeu”³¹.

É neste quadro que a **actividade industrial**, ou melhor artesanal, no Concelho deve ser entendida, ao longo dos anos, com o predomínio duma indústria de tipo doméstico e/ou oficinal e a importância das feiras e mercados como “um factor de compensação e superação das insuficiências da estrutura urbana”, como escreveu o Professor David Justino³².

Durante estes séculos era nas casas que se trabalhava, simultaneamente, na agricultura e na indústria. O trabalho doméstico era a forma de produção dominante e a família a unidade produtiva mais significativa.

A actividade artesanal dirigia-se essencialmente, para o sustento e agasalho do corpo (padeiros, forneiros, alfaiates, sapateiros), não descurando a dedicada às lides do campo e dos transportes, como a cestaria, a tanoaria, a ferraria, etc.

As *Memórias Paroquiais* fazem-nos referências, durante este longo período, à actividade artesanal dos lanifícios com indicação duma grande quantidade de pisões, teares, tecelões e tendeiros. Associada ao sector têxtil encontrava-se a tinturaria.

Do mesmo modo, se desenvolve a actividade artesanal ligada à cerâmica indispensável ao fabrico de telha e a um conjunto de utensílios em barro para guarda e conservação dos géneros (vinho, azeite, carne), e louças para a cozinha (alguidares, panelas, púcaros, tigelas, etc.), como em Molelos, e, ao trabalho em madeira feito por tanoeiros e carpinteiros para o fabrico de pipas e dornas para armazenagem do vinho; trabalhos em vime e junco para o fabrico de

³⁰ A.N.T.T., Mosteiro de Jesus, Livros 32 e 33.

³¹ *Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Viseu pelo Governador Civil do mesmo Distrito*, 1884, Imprensa do Governo Civil, Vizeu.

³² David Justino, *A formação do espaço económico nacional –Portugal (1810-1913)*, vol. II, ed. Vega, Lisboa, 1988-89, pág. 372.

cestas e canastras para transporte e guarda dos produtos da terra e mesmo, de esteiras. Aparecem, ainda, referências a trabalhos, em folha-de-flandres, realizados por serralheiros e latoeiros, na Lajeosa.

O “Inquérito Industrial” de 1881 afirma que “no Distrito de Viseu (...) estando a propriedade muito dividida as populações se entregavam de preferência à agricultura, podendo dizer-se que não há lá indústria fabril e que nunca existiu” e acrescenta estar o distrito em condições de se constituir “no mercado onde afluem os produtos fabris e agrícolas das províncias do norte”. Assim, no distrito predominava o comércio – “É que nas duas vias, a agrícola e a comercial, se empregavam exclusivamente os seus habitantes”.³³

Acompanhando as fontes disponíveis da época, no que respeita ao distrito de Viseu, e em especial no que se refere à indústria doméstica de tecidos de lã (burel), Fradesso da Silveira diz existirem no distrito, em meados do século XIX, entre 1600-1700 tecedeiras. Ora, quando da realização do “Inquérito Industrial” de 1881, os inquiridores afirmam não existir no distrito qualquer fábrica de tecidos de lã e que, compulsada a estatística das contribuições, esta apenas referenciava a existência de 425 tecelões, 21 indústrias caseiras de cardação e 47 estabelecimentos de apisoar. Estaríamos, assim, em presença duma indústria de tipo doméstico que, na maioria dos casos, ocuparia apenas uma pessoa ou as pessoas do agregado familiar em estreita ligação com a actividade agrícola, sediada na própria casa de habitação, e virada para o comércio local, quando não apenas para consumo familiar. Refere, ainda, o “Inquérito Industrial” que de 47 pisões do distrito só alguns aproveitavam a força da água e, destes, 7 estariam sediados em Tondela. No concelho, segundo informação do vogal da comissão e delegado do Tesouro, havia 4 indivíduos colectados como fabricantes de tecidos de algodão – “um possui quatro teares, outro, três e os dois restantes têm dois teares cada um”.³⁴

Uma outra indústria que, na segunda metade do século XIX, se desenvolveu imenso foi a da destilação de aguardente, o que não admira, se tivermos em conta que o distrito de Viseu, nesta época, era uma das principais regiões do País em produção vinícola representando, em 1887, cerca de 10,2% da produção nacional. No “Relatório apresentado à Junta Distrital de Viseu” pelo Governador Civil, em 1865, aparecem referenciadas 2 fábricas em Tondela e, posteriormente, 7 no “Relatório” de 1873 e no “Inquérito Industrial” de 1881.

³³ *Inquérito Industrial de 1881*, vol. II, 1881, pág. 56.

³⁴ *Inquérito Industrial de 1881*, vol. II, 1881, pág. 78.

Era pela Estrada Real de Coimbra para o Porto ou, em alternativa, pelo Rio Mondego que se escoava uma parte significativa dos vinhos da região, em especial, pelos portos fluviais de Foz – Dão e Raiva. Para aqui eram conduzidas grandes quantidades de pipas para serem embarcadas para Coimbra e Figueira da Foz e, depois, as de melhor qualidade, exportadas para o estrangeiro.

Simultaneamente, eram também transferidas quantidades assinaláveis de pipas de aguardente, obtidas pela destilação da produção de vinhos de mais baixa qualidade, procurada pelo grande centro de consumo que era o Porto. Após a inauguração do caminho-de-ferro, passou a ser esta a via de comunicação preferida para a deslocação destes produtos.

Anos	Vinho		Aguardente	Vinagre
	Maduro	Verde		
1872	19.756,800	90,316	903,168	56,448
1874	20.160,000	45,158	806,400	56,448
1875	80.320,000	100,000	1.612,000	60,000
1877	85.720,000	130,000	1.870,000	89,000

Produção de vinho, aguardente, vinagre (Hectolitros)³⁵

O “Inquérito Industrial” de 1890 revela a existência, no concelho, de várias pequenas indústrias, como as de álcool e aguardente, alfaiataria, calçado (sapataria e tamancaria), caldeiraria, cerâmica – olaria (fabrico de louça ordinária, vermelha ou preta, telha e tijolo, cestaria – obra de verga, vime, castanho, cana, junco, etc.), chapelaria, ferrador, funileiro, marcenaria, moagem, ourivesaria (fabrico de objectos de ouro) e serralharia, empregando 522 pessoas, sendo 38 do sexo feminino.

³⁵ *Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Viseu, pelo Governador Civil do mesmo Distrito ...em 1872, 1875, 1876, 1877*, Imprensa do Governo Civil, Viseu.

Indústrias	N.º Indústrias	Capital Fixo (Reis)	N.º Trabalhadores	Matérias-primas	
				Espécies	Procedência
Álcool e Aguardente	1	200\$000	2	Borras de Vinho	Nacional
Alfaiataria	1	150\$000	5	Fazendas	Nacional
Calçado-Sapataria	49	6650\$000	79	Sola e cabedal	Nacional
Calçado-Tamancaria	12	820\$000	14	Madeira e cabedal	Nacional
Caldeiaria	2	600\$000	6	Cobre e ferro	Diversa
Cerâmica-Olaria	108	550\$200	231	Barro	Nacional
Cestaria	14	346\$000	15	Mad. de castanho e carvalho	Nacional
Chapelaria	1	1000\$000	3		
Ferrador	3	580\$000	5	Ferro	Diversa
Funileiro	8	810\$000	12	Folha, chumbo, etc	Diversa
Marcenaria	5	250\$000	9	Madeira	Diversa
Moagem	47		85	Trigo, milho, cevada e centeio	Nacional
Ourivesaria	3	2500\$000	3	Ouro e prata	Nacional
Serralharia	28	1936\$000	53	Ferro e aço	Diversa

Indústrias no Concelho (1889)³⁶

No que respeita à energia utilizada sabemos, que em Tondela, em 1889, havia 47 rodas hidráulicas relacionadas com a moagem de cereais.

Posteriormente, o “Boletim do Trabalho Industrial”, nº 20, que apresenta a indústria existente no distrito, relativa ao ano de 1907, e, em especial, para o ramo têxtil, escreve que só o concelho de Tondela mantinha viva a tradição com 2 fábricas que empregavam 50 operários.

Uma destas fábricas localizava-se em Parada de Gonta e é um dos mais brilhantes exemplos do interesse de Tomás Ribeiro pela sua terra natal. Havendo em propriedades suas, cortadas pelo Rio Pavia, uma magnífica queda de água, resolveu aproveitá-la para o estabelecimento

³⁶ *Inquérito Industrial de 1890*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1891.

desta indústria onde pudesse encontrar trabalho e meios para a população pobre de Parada.

Se bem o pensou, melhor o executou, pois, em 1884, cinco anos depois da sua fundação, já ocupava cerca de uma centena de operários, sendo seu proprietário o senhor Syder & Done. A roda hidráulica da fábrica tinha um diâmetro de 9 metros por 2,5 de largura e desenvolvia uma força de 50 cavalos. Possuía uma máquina a vapor com a força de 30 cavalos, destinada a fornecer vapor às máquinas da casa de acabamento e montada de forma que, no caso de estiagem, pudesse substituir ou auxiliar a roda hidráulica. Possuía a fábrica, ainda, 2 fiações, 400 fusos, 15 teares mecânicos, 25 teares manuais e tinturaria em edifício anexo. A sua produção destinava-se a Lisboa e ao Porto, especialmente à Casa Grandella e aos Grandes Armazéns Hermínios³⁷.

³⁷ Jornal *A Folha*, de 5 de Junho de 1894.

Bibliografia

FONTES

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Memórias Paroquiais
- Relação das cidades, vilas, lugares e concelhos, Manuscritos de Livraria, COD. 1194,1640.
- Censo de Pina Manique de 1798
“ Relação das Freguesias de Portugal, com individuação dos seus fogos. Feita na Secretaria da Intendência da Polícia por ordem do intendente Pina Manique”; Conselho de Guerra, L.º 275.

Arquivo Distrital de Viseu

- Movimento da população (1887-1917).
- Movimento das populações: estado civil, emigração, primeiro ano, 1887, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.
- Movimento das populações: estado civil, emigração, segundo ano, 1888, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.
- Movimento das populações: estado civil, emigração, terceiro ano, 1889, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.
- Movimento das populações: estado civil, emigração, quarto ano, 1890, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral do Comércio e Indústria, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Vizeu, na sessão ordinária de 1865, pelo Governador Civil do mesmo Distrito, Francisco Gomes de Almeida Branquinho, Vizeu, Imprensa do Governo Civil, 1865.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Vizeu, na sessão ordinária de 1866, pelo Governador Civil do mesmo Distrito, José de Beires, Vizeu, Imprensa do Governo Civil, 1866.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Vizeu, na sessão ordinária de 1875, pelo Governador Civil Visconde do Serrado, Vizeu, Imprensa do Governo Civil, 1875.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Vizeu, na sessão ordinária de 1876, pelo Governador Civil Visconde do Serrado, Vizeu, Imprensa do Governo Civil, 1876.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Vizeu, na sessão ordinária de 1877, pelo Secretário Geral, servido de Governador Civil, Frederico d'Abreu e Gouveia Vizeu, Imprensa do Governo Civil, 1877.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Vizeu, na sessão de Maio de 1879, pela Comissão Districtal Executiva, Vizeu, Imprensa do Governo Civil, 1879; Seguida do Conselho de Agricultura e do Extracto das deliberações da Junta tomadas nas sessões de Agosto e Novembro de 1878 e Maio 1879.

- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Vizeu, nas sessões de Maio e Novembro de 1880, pela Comissão Districtal Executiva, Vizeu, Imprensa do Governo Civil, 1880.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Vizeu, nas sessões de Maio e Novembro de 1881, pela Comissão Districtal Executiva, Vizeu, Imprensa do Governo Civil, 1882.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Vizeu, nas sessões ordinárias de Maio e Novembro de 1882, pela Comissão Districtal Executiva, Vizeu, Imprensa do Governo Civil, 1883.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Vizeu, nas sessões ordinárias de Maio e Novembro de 1883, pela Comissão Districtal Executiva, Vizeu, Imprensa do Governo Civil, 1884.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Vizeu, na sessão de Maio de 1884, pela Comissão Districtal Executiva, Vizeu, Typographia do Governo Civil, 1884.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Vizeu, na sessão ordinária de Novembro de 1884, pela Comissão Districtal Executiva, Vizeu, Imprensa do Governo Civil, 1884.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Vizeu, nas sessões ordinárias de Maio e Novembro de 1885, pela Comissão Districtal Executiva, Vizeu, Imprensa do Governo Civil, 1885.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Vizeu, no ano de 1883, pela Comissão Districtal sua delegada, Vizeu, Imprensa do Governo Civil, 1887.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Vizeu, no ano de 1887, pela Comissão Districtal sua delegada, Vizeu, Imprensa do Governo Civil, 1887.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Vizeu, nas sessões celebradas no ano de 1888, pela Comissão Districtal sua delegada, Vizeu, Imprensa do Governo Civil, 1889.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Vizeu, nas sessões ordinárias de Abril e Novembro de 1889, pela Comissão Districtal Executiva, Vizeu, Imprensa do Governo Civil, 1890.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Vizeu, nas sessões ordinárias de Abril e Novembro de 1891 pela Comissão Districtal Executiva, Vizeu, Imprensa do Governo Civil, 1891.
- Relatório apresentado ao Ministro do Reino pelo inspector da 6ª circunscrição escolar do distrito de Vizeu (1881-1882).
- Registos Paroquiais (Livros de Baptismos, Casamentos e Óbitos) das freguesias de Tondela, Barreiro de Besteiros. Canas de Sabugosa, S. Miguel de Outeiro e Sabugosa.

Biblioteca Nacional

- Anuário Estatístico de Portugal
- Boletim da Direcção Geral da Agricultura, Século XIX.
- Boletim do Trabalho Industrial, nº 20 Imprensa Nacional, Lisboa, 1908.
- Censo da População do Reino de Portugal (1890), Imprensa Nacional, Lisboa 1896.

- Censo da População do Reino de Portugal (1900), Imprensa Nacional, Lisboa 1905.
- Inquérito Industrial de 1881, Imprensa Nacional, Lisboa, 1883.
- Inquérito Industrial de 1890, Imprensa Nacional, Lisboa, 1891.

Obras Consultadas

- ALBUQUERQUE, João Costa Brandão, *Censo 1864*, Tipografia Universal, Lisboa, 1866.
- ALBUQUERQUE, João Costa Brandão, *Censo 1878*, Tipografia Universal, Lisboa, 1879.
- AMARO, António R., “ Algumas achegas para o estudo da indústria do distrito de Viseu (1850-1900)” in *Revista Gestão e Desenvolvimento*, nº 3, Universidade Católica Portuguesa – Pólo de Viseu, 1994.
- BRAUDEL, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II*, vols. I e II, Public. D. Quixote, Lisboa, 1983-84.
- BRAUDEL, Fernand, *Civilização material, economia e materialismo séculos XV-XVIII*, Tomo I, Ed. Teorema, Lisboa, 1992.
- BRAUDEL, Fernand, *Civilização material, economia e materialismo séculos XV-XVIII*, Tomo II, Edições Cosmos, Lisboa, 1985.
- CALDAS, Eugénio Castro, *A agricultura portuguesa através dos tempos*, INIC, Lisboa, 1991.
- CARDOSO, Luís, *Diccionario Geographico ou Notícia Histórica de todas as Cidades, villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiros e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve (...)*, Tomo I e II Lisboa, na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747-1751.
- CARVALHO, Amadeu Ferraz de, *A Terra de Besteiros e o actual Concelho de Tondela – Esboço histórico e topomímico*, Ed. Câm. Mun. Tondela, Tondela, 1981.
- CARVALHO, Amadeu Ferraz de, “Tondela nos séculos XVII e XVIII” in *Notícias de Viseu*, 3 de Dezembro de 1922.
- CASCÃO, Rui, “ O crescimento demográfico – ritmos e factores”, in José Mattoso, (coord.), *História de Portugal*, Vol. V, Ed. Estampa, Lisboa, 1993.
- CASTRO, Armando de, *A estrutura dominial portuguesa dos séculos XVI a XIX (1834)*, Editorial Caminho, Lisboa, 1992.
- CASTRO, Armando de, *A revolução industrial em Portugal no século XIX*, Lisboa, 1971.
- CASTRO, João Bautista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, tomo I, Lisboa, 2ª ed. 1762-1763.
- CASTRO, João Bautista de, *Roteiro Terrestre de Portugal (...)*, Coimbra na Oficina de Luiz Secco Ferreira, 1767.
- *Cidade e o Campo, (A) – Colectânia de Estudos*, Maria Helena Cruz Coelho (coord.), Ed. do Centro de História da Sociedade e da Cultura, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2000.
- COSTA, António Carvalho da, *Corographia Portuguesa e Descrição Topographica do famoso Reyno de Portugal com as notícias das fundações das Cidades, Villas & Lugares (...)*, Vol. II, Braga, Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 2ª ed., 1868.

- Encyclopédia Portuguesa Ilustrad, Ed. Lemos & Companhia Sucessor, Porto, s/d.
- FERRO, João Pedro, *A população portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*, Ed. Presença, Lisboa, 1995.
- GASPAR, Jorge, *Portugal em mapas e número*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1979.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Arcádia Editora, 2ª ed., Lisboa, 1975.
- GODINHO, Vitorino, Magalhães, “ O milho maiz – Origem e difusão”, in *Revista de Economia*, vol XV, fasc. I, Lisboa, 1963.
- JUSTINO, David, *A formação do espaço económico nacional – Portugal 1810-1913*, Ed. Vega, Lisboa 1988-1989.
- LANGHANS, F. P., « Apontamentos para a história do azeite em Portugal», in Sep. *Do Boletim da Junta Nacional do Azeite, Lisboa*, 1949.
- LEAL, Augusto Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1873-1890.
- LEÃO, Duarte Nunes de, *Descrição do Reino de Portugal*, Jorge Rodriguez, Lisboa 1610.
- MACEDO, Jorge Borges de, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII*, Querco, Lisboa, 1982.
- MACEDO, Jorge Borges de, *O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular*, Delfos Editores, Lisboa, 1962.
- MACEDO, Jorge Borges de, *Problemas de História da Indústria no século XVIII*, Querco, Lisboa, 1982.
- MAGALHÃES, João Maria Tello de, *Cadastró da População do Reino (1527). Actas das Comarcas dantre Tejo e Odiana e da Beira*, Lisboa, 1931.
- MARQUES, Oliveira, (coord.), *Nova História de Portugal – Portugal da Monarquia à República*, Ed. Presença, Vol, XI, Lisboa, 1991.
- MARQUES, Oliveira, (coord.), *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Ed. Cosmos, Lisboa, 1968.
- MARQUES, Oliveira, (coord.), “Trigo”, in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. IV, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971.
- MATTOSO, José, (coord.) *Hitória de Portugal*, Ed. Estampa, Lisboa 1993.
- MENDES, José Maria Amado, “ Étaps e limites da industrialização”, in José Mattoso, (coord.), *História de Portugal*, vol. V, Ed. Estampa, Lisboa, 1993.
- MENDES, José Maria Amado, “ A indústria portuguesa no século XIX. Achegas para o seu estudo”, in *Prelo*, nº 7, 1985.
- MENDES, José Maria Amado, *História económica e social dos séculos XV a XIX*, ed. Fundação C. Gulbenkian, Lisboa, 1993.
- MIGUEL, Carlos Montenegro, “Batata”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971.
- NAZARETH, J. M., e SOUSA, Fernando de, *A demografia portuguesa em finais do Antigo regime*, Ed. Liv. Sá da Costa, Lisboa, 1983.
- NETO, Maria Margarida Sobral, “ Introdução e expansão da cultura da batata na região de Coimbra”, Separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo XXIX, Coimbra, 1994.

- OLIVEIRA, António, “Para a história e significado botânico de milho zaborro”, Separata do *Arquivo Coimbrão*, vol. XXII, Coimbra, 1967.
- OLIVEIRA, João Nunes de, *A produção agrícola de Viseu entre 1550 e 1700*, Ed. da Câmara Municipal de Viseu, Viseu, 1990.
- OLIVEIRA, João Nunes de, *A “Beira Alta” de 1700-1840: gentes e subsistências*, Palimage Editores, Viseu, 2002.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *Livre câmbio e desenvolvimento económico – Portugal na Segunda Metade do século XIX*, Lisboa, 1983.
- PERES, Damião, (coord), *História de Portugal*, Ed. Portucalense Editora, Barcelos, 1928.
- “População residente nos recenseamentos de 1864 a 1960, por Freguesias”, in *X Recenseamento Geral da População, 1960*, tomo I, vol. I, Instituto Nacional de Estatística, 1964.
- REIS, Jaime, “A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal 1870-1913”, in *Análise Social*, nº 96, 1987.
- REIS, Jaime, “O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)”, in *Análise Social*, Vol. XX, 1984.
- REIS, Joaquim Batalha, *A agricultura no districto de Vizeu*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1871.
- RIBEIRO, Orlando, “Cultura do milho, economia agrária e povoamento”, in *Revista Biblos*, vol. XVII, tomo II, Coimbra, 1941.
- RIBEIRO, Orlando, “Milho”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971.
- SILVA, L. Rebello da, *Memoria sobre a população e a agricultura de Portugal, desde a fundação da Monarchia até 1865. Parte I (de 1097-1640)*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1868.
- SILVEIRA, Fradesso da, *As fábricas de Portugal – Indagações relativas aos tecidos de lã*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1864.